

Recibo Eletrônico de Protocolo - 29071104

Usuário Externo (signatário): Rosângela Mazzeto
Data e Horário: 25/10/2022 11:17:12
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 10264.109183/2022-02
Interessados:

Sindicato do comércio de veículos e de peças e acessórios para veículos no estado do Rio Grande do Sul

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:
- Requerimento MR056137/2022 29071100
- Documentos Complementares:
- Complemento Sincopeças-RS 29071101

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontra;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Trabalho e Previdência.

AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR056137/2022**

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. **92.961.523/0001-12**, localizado(a) à Rua Castro Alves - lado Ímpar, 723, 301, Independência, Porto Alegre/RS, CEP 90430-131, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). ROSANGELA MAZZETO, CPF n. 007.795.250-27

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BENTO GONCALVES, CNPJ n. 89.341.093/0001-21, localizado(a) à Av. Osvaldo Aranha, 1075, conjunto 305, Cidade Alta, Bento Gonçalves/RS, CEP 95700-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ORILDES MARIA LOTTICI, CPF n. 261.357.280-91, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 30/11/2021 no município de Bento Gonçalves/RS;

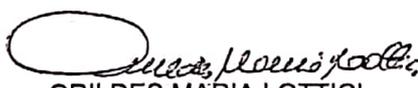
nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Subsecretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR056137/2022, na data de 24/10/2022, às 10:20.

Porto Alegre/RS, 24 de outubro de 2022.


ROSANGELA MAZZETO

Procurador

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL


ORILDES MARIA LOTTICI

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BENTO GONCALVES

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR056137/2022

DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 24/10/2022 ÀS 10:20

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.961.523/0001-12, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BENTO GONCALVES, CNPJ n. 89.341.093/0001-21, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no Comércio do plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Bento Gonçalves/RS, Carlos Barbosa/RS, Garibaldi/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Prata/RS, Paráí/RS e Veranópolis/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALARIO MINIMO PROFISSIONAL

Ficam instituídos os seguintes salários mínimos profissionais em **1º de Março de 2022**:

R\$1.772,00 (mil, setecentos e setenta e dois reais) para os empregados que percebam por comissões.

R\$1.602,00 (mil, seiscentos e dois reais) para empregados em geral.

R\$1.474,00 (mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) para empregados que exerçam as tarefas de serviço de limpeza.

R\$1.450,00 (mil, quatrocentos e cinquenta reais), para os empregados que estejam em contrato de experiência.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL INTEGRAL

Em **1º de março de 2022** os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados em **10,80%** (Dez inteiros e oitenta centésimos por cento), a incidir sobre os salários devidos em **março de 2021**.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL

Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento após a data-base da categoria, será adotado critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Março/2021	10,80%	Setembro/2021	5,73%
Abril/2021	9,85%	Outubro/2021	4,48%
Maió/2021	9,44%	Novembro/2021	3,28%
Junho/2021	8,40%	Dezembro/2021	2,42%
Julho/2021	7,75%	Janeiro/2022	1,67%
Agosto/2021	6,66%	Fevereiro/2022	1,00%

Parágrafo Único: Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força dos reajustes previstos no "caput" da presente cláusula, perceber salário superior àquele percebido por empregado mais antigo na função.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE SALARIAL - ABRANGÊNCIA

O percentual de reajuste previsto na cláusula quarta será aplicado até a parcela de R\$ 7.087,22 (sete mil e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) dos salários, e no que exceder este valor aplica-se a livre negociação com seus empregadores.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE SALARIAL - COMPENSAÇÕES AUTORIZADAS

Após calculada a recomposição salarial serão compensados os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o prazo de vigência do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa anteriores, exceto os provenientes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, e equiparação determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE SALARIAL - PRAZO PARA PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS

O pagamento das diferenças salariais apuradas a partir de 01/03/2022, deverá ser efetuado na folha de pagamento do mês de **OUTUBRO DE 2022**, sem juros, multas e correção monetária.

Parágrafo Único: Expirado o prazo estabelecido no "caput", as diferenças apuradas deverão ser corrigidas pelo INPC do mês em que o salário deveria ter sido pago.

Remuneração DSR

CLÁUSULA NONA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO DO COMISSIONADO - FORMA DE CÁLCULO

O repouso semanal do empregado comissionado será calculado com base no total das comissões auferidas no mês dividido pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus, utilizando-se o mesmo procedimento para a garantia mínima da função.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA - IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CHEQUES

É vedado às empresas descontarem de seus empregados que exerçam a função de caixa, valores relativos a cheques sem cobertura de fundos ou fraudulentamente emitidos, sempre que o respectivo empregado cumprir as formalidades exigidas pelo empregador para a aceitação de cheques.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTO OU ESTORNO DE COMISSÕES

As empresas não poderão estornar da remuneração dos empregados valores ou comissões relativos às mercadorias devolvidas pelos clientes após a efetivação das vendas.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CÁLCULO PARA COMISSIONADOS

A gratificação natalina, as férias, as parcelas rescisórias e as faltas justificadas dos empregados comissionados serão calculadas com base na média das comissões, repousos e horas extras auferidas nos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à concessão do direito, somando-se o salário fixo quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EM CASO DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Em caso de redução da jornada de trabalho a empresa deverá manter, para o comissionado, uma remuneração equivalente a média das comissões, repousos e horas extras percebidas nos últimos 5 (cinco) meses, e o salário do mês anterior ao da redução para os empregados que percebam salário fixo.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 60% (sessenta por cento) para as 2 (duas) primeiras horas prestadas além da jornada e, de 100% (cem por cento) para as demais.

Parágrafo primeiro: Para cálculo da hora extra do empregado comissionado tomar-se-á como base o valor total das comissões auferidas no mês, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, pagando-se apenas o adicional para horas extras estabelecido no "caput" da presente cláusula.

Parágrafo segundo: Caso o empregado perceba remuneração mista (fixo e comissões), o cálculo será efetuado separadamente para cada verba.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Aos integrantes da categoria profissional será garantido um adicional de 3% (três por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, percentual este que incidirá sobre o salário efetivamente percebido pelo empregado, independente da forma de remuneração.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE FUNÇÃO DE CAIXA

Os empregados que exerçam a função de caixa ou trabalhem com numerário, perceberão um adicional no valor de 10% (dez por cento) do salário efetivamente percebido, a título de "quebra de caixa".

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXILIO CRECHE

As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou forma conveniada pagarão às suas empregadas, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do salário normativo da categoria profissional, por filho menor de 06 (seis) anos de idade, independentemente de comprovação de despesa.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CTPS - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES

As empresas farão, obrigatoriamente, o registro do percentual ajustado para pagamento das comissões e/ou cobranças, na CTPS do empregado ou no correspondente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PRAZO DE DURAÇÃO

Os contratos de experiência não poderão ser celebrados por prazo inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias, devendo as empresas fornecer cópia dos mesmos no ato de admissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CTPS - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO EXERCIDA

As empresas anotarão na CTPS (física ou digital) de seus empregados, a função efetivamente por eles exercida no estabelecimento.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

A pedido do empregado, a ser exercido por meio de requerimento pessoalmente entregue na entidade profissional conveniente ou na empresa, será obrigatória a assistência à homologação quando do pedid

o de demissão da rescisão do contrato de trabalho, a trabalhador com mais de 1(um) ano de serviço na empresa.

Parágrafo primeiro: No ato da homologação as empresas deverão apresentar os documentos constantes no art. 22 da IN SRT/TEM Nº 15/2010.

Parágrafo segundo: Na hipótese de o empregado não comparecer no dia e hora marcados para a assistência à homologação da rescisão, ou recusar-se a receber, fica o Sindicato suscitante obrigado a fornecer ao empregador uma declaração dos fatos ocorridos.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

O empregado que no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador provar a obtenção de novo emprego, terá direito a se desligar da empresa de imediato, ficando o empregador obrigado ao pagamento dos dias trabalhados durante o mesmo, bem como as demais parcelas rescisórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Durante o prazo do aviso prévio, dado por qualquer das partes, ficam vedadas as alterações nas condições de trabalho, inclusive de local de trabalho, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de exercente de função de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTAGIÁRIOS - NORMAS PARA CONTRATAÇÃO

As empresas que contratarem estagiários deverão comunicar tal situação ao sindicato profissional, respeitar o limite máximo de contratação a 10% (dez por cento) do seu quadro funcional e a utilizar a mão-de-obra dos estagiários somente em atividades relacionadas à formação curricular.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA A EMPREGADA GESTANTE

É assegurado à gestante o direito ao emprego nos 90 (noventa) dias seguintes ao retorno do benefício previdenciário previsto em lei.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PARA O EMPREGADO APOSENTANDO

Fica assegurada a estabilidade provisória durante os 18 (dezoito) meses anteriores à aposentadoria por idade, tempo de contribuição ou especial, desde que o interessado comunique a empresa por escrito e, desde que, o mesmo tenha pelo menos 5 (cinco) anos de serviço na empresa.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONFERÊNCIA DE CAIXA/HORÁRIO

A conferência de caixa será procedida à vista do empregado por ela responsável, ou, na sua ausência, na presença de dois (02) colegas, que servirão de testemunhas, sob pena de resultar inimputável a este, qualquer irregularidade ou diferença apurada.

Parágrafo único: As horas despendidas na conferência de caixa, quando realizadas após a jornada normal de trabalho, serão pagas como extraordinárias, com a aplicação dos percentuais estabelecidos neste acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS E UTILIDADES

Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados:

- a)** no ato do pagamento dos salários, discriminativo dos pagamentos e descontos efetuados, através de cópia dos recibos ou envelopes de pagamento, onde conste: I) número de horas normais e extras trabalhadas e; II) o montante das vendas e/ou cobranças sobre as quais incidam as comissões e os percentuais destas; o repouso remunerado;
- b)** uniformes, em número de 2 (dois) por ano, sem qualquer ônus para os empregados;
- c)** material necessário à maquiagem, adequado à tez da empregada, quando exigir que a mesma trabalhe maquilada;
- d)** documento que especifique a justa causa invocada para a rescisão contratual sob pena de nulidade do ato e se ter a demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DO EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante poderá rejeitar a prorrogação de sua jornada de trabalho, na hipótese de esta prejudicar-lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TRABALHO NOS SÁBADOS À TARDE E NOS DOMINGOS

É livre a utilização de mão-de-obra dos empregados representados pelo sindicato profissional nos sábados à tarde e nos domingos, respeitado o disposto na Lei 10.101/2000 e o disposto no Art. 67 e 68 da Legislação Consolidada.

Parágrafo primeiro: Pelo trabalho em cada domingo nos meses de março a novembro de 2022 e de janeiro a fevereiro de 2023 terá o empregado direito a receber **R\$ 73,80 (setenta e três reais e oitenta centavos)**. O pagamento deverá ser feito em espécie no final de cada jornada.

Parágrafo segundo: Pelo trabalho em domingos no mês de dezembro de 2022 o empregado terá direito de receber um bônus de **R\$ 81,55 (oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)**. O pagamento deverá ser feito em espécie no final de cada jornada.

Parágrafo terceiro: As empresas poderão contratar empregados especiais para cumprirem horário aos domingos não sendo devido neste caso, o bônus mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo quarto: Quando acontecer o trabalho em domingos, o empregador deverá conceder uma folga remunerada num outro dia da semana ou pagar as horas trabalhadas com 100% de acréscimo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRABALHO NOS FERIADOS

Em considerando o disposto na Lei 11.603/2007, convencionou-se a utilização de mão-de-obra dos empregados em feriados civis e religiosos exceto naqueles apontados no parágrafo segundo.

Parágrafo primeiro: A autorização está vinculada às seguintes regras:

- a.** Cumprimento de jornada diária máxima de quatro horas no comércio de rua e de seis horas nos shopping centers, por empregado;
- b.** Concessão de um dia de folga remunerada na semana seguinte àquela em que houver a prestação de trabalho em feriados;
- c.** Pagamento de um bônus no valor de **R\$91,00 (noventa e um reais)** para cada feriado trabalhado no período de 01/03/2022 a 28/02/2023. O bônus deverá ser pago no final do expediente.

Parágrafo segundo: É vedada a utilização de mão-de-obra dos empregados nos seguintes feriados: Confraternização Universal (01/01), Sexta-feira Santa, Dia do Trabalhador (01/05), Finados (02/11) e Natal (25/12).

Parágrafo terceiro: Caso não concedam a folga compensatória remunerada ajustada no "caput", além da gratificação ali mencionada, os empregadores deverão pagar as horas trabalhadas, como se extras fossem, com o adicional de 100% (cem por cento).

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO SEMANAL DE HORÁRIO

As empresas poderão adotar o regime de compensação semanal de horário de trabalho, exceto para os empregados comissionados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica convencionada a possibilidade de adoção do banco de horas de que trata o art. 59 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.061/98, visando a compensação do excesso ou redução de horas trabalhadas, o qual funcionará da seguinte forma.

- a)** O empregador poderá aumentar ou reduzir a jornada diária legal de trabalho visando a compensação com o aumento ou a redução posterior de horário não podendo, entretanto, o aumento da jornada exceder a 2 (duas) horas diárias.
- b)** O acerto da compensação das jornadas de trabalho, assim como, o pagamento das eventuais horas extras, serão efetuados pelo empregador, sempre, dentro do próprio mês.
- c)** O número de horas a serem compensadas dentro do mês será de, no máximo, 30 (trinta) horas por trabalhador.
- d)** As horas extras excedentes ao limite da letra "c" deverão ser pagas como extras devidamente acrescidas do adicional respectivo.
- e)** A compensação dar-se-á sempre entre segunda-feira e sábado. As horas prestadas em domingos não poderão ser objeto de compensação no banco, aplicando-se, no caso, o disposto na cláusula 30ª, parágrafo 2º.

Parágrafo primeiro: As horas de trabalho reduzidas para posterior compensação, não poderão ser objeto de descontos salariais caso não venham ser compensadas com o respectivo aumento da jornada dentro do mesmo mês, e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subsequentes.

Parágrafo segundo: As partes estipulam que as normas acima estabelecidas têm vigência no mesmo período de vigência da presente Convenção.

Parágrafo terceiro: As empresas que adotarem o banco de horas ficam obrigadas a utilizar cartão-ponto, que pode ser manual, para os empregados que trabalharem neste regime, cuja cópia deverá ser entregue ao empregado junto com o recibo mensal de salário.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE PONTO - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes, matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, em dia de realização de provas finais ou de cada semestre, ou quando da prestação de exames vestibulares, serão dispensados de seus pontos durante meio turno, desde que comuniquem à empresa, 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem a realização da prova no mesmo prazo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE PONTO - GESTANTE

A empresa abonará a falta ao trabalho da empregada gestante no caso de consulta médica, mediante apresentação de declaração médica ou apresentação da carteira de gestante devidamente anotada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE PONTO - RECEBIMENTO DO PIS

As empresas dispensarão seus empregados, durante meio expediente da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para saque do PIS, e/ou durante 1 (um) dia quando seu domicílio bancário for fora da cidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE PONTO - ATENDIMENTO AOS FILHOS

A empresa abonará a falta do pai ou da mãe comerciária, em caso de consulta médica, odontológica, exame ou internação hospitalar de filho menor de 12 (doze) anos ou inválidos, mediante comprovação por declaração do médico, no limite de 1 (uma) por mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões promovidos pela empresa, quando de comparecimento obrigatório, serão realizados durante a jornada normal de trabalho, ou as horas correspondentes deverão ser pagas como extras, na forma do disposto no presente acordo.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ATRASO AO SERVIÇO

Fica proibido o desconto do repouso remunerado e do feriado correspondente, quando o empregador permitir o trabalho do empregado que se apresentar atrasado ao serviço até 30 (trinta) minutos ou compensar o horário.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que pedir demissão antes de completar 1 (um) ano de serviço, fica assegurado o direito de receber férias proporcionais com acréscimo de 1/3 (um terço), a razão de 1/12 por mês trabalhado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LOCAL PARA REFEIÇÕES/LANCHES

As empresas que não dispensarem seus empregados pelo período necessário para o lanche deverão manter local apropriado e em condições de higiene para tal fim.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS DE DOENÇA

As empresas aceitarão atestados de doença, para justificativa de faltas ao serviço, expedidos por médicos particulares desde que conveniados com o Sindicato Suscitante ou com a Previdência Social.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ASSENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO

As empresas colocarão assentos nos locais de trabalho para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público, nos termos da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho.

Relações Sindicais

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas encaminharão, ao sindicato profissional cópias das guias de Contribuição Sindical e das contribuições aqui relacionadas, devidamente acompanhadas da relação nominal dos empregados (com a indicação do salário e da data de admissão), no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

As empresas representadas, por conta e risco do sindicato profissional, respeitando o disposto no inciso XXVI do art.611-B da CLT, descontarão de todos os seus empregados, no período de março/2022 a fevereiro/2023, o valor de R\$12,00 (doze reais) mensais. O repasse ao sindicato profissional deverá ser realizado até o quinto dia do mês subsequente aquele que se refere o desconto, sob pena de incidência das cominações prevista no art. 600 da CLT.

Parágrafo primeiro: Eventuais diferenças de contribuições, considerando que muitas empresas já encaminharam os descontos e os repasses, deverão ser descontados, em parcelas iguais, nas folhas de pagamento dos meses de outubro a dezembro/2022. O valor devido deverá ser repassado ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENTO GONÇALVES até o dia 10 do mês seguinte àquele ajustado para o desconto, sob pena das cominações previstas no art. 600 da CLT.

Parágrafo segundo: Toda e qualquer discussão acerca da legalidade da contribuição deverá ser encaminhada ou equacionada diretamente entre o empregado e o sindicato profissional, isentando as empresas de qualquer ressarcimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

As empresas representadas pelo sindicato patronal, respeitando o disposto no inciso XXVI do art. 611-B da CLT, descontarão de todos os seus empregados, qualquer que seja a forma da remuneração, o valor correspondente:

a) 1,5% (um e meio por cento) do salário efetivamente devido no mês de julho/2022, respeitado o teto de R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos);

b) 1,5% (um e meio por cento) do salário efetivamente devido no mês de novembro/2022, ou o teto de R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Parágrafo primeiro: O valor da contribuição estabelecida na letra "a", deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de JANEIRO/2023 repassado ao **Sindicato dos Empregados no Comércio de Bento Gonçalves** até o dia **10/02/2023**, sob pena das cominações previstas no art. 600 da CLT.

Parágrafo segundo: O valor da contribuição estabelecida na letra "b", deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de FEVEREIRO/2023 e repassado ao **Sindicato dos Empregados no Comércio de Bento Gonçalves** até o dia **10/03/2023**, sob pena das cominações previstas no art. 600 da CLT.

Parágrafo terceiro: Os valores já descontados e repassados ao sindicato profissional poderão ser compensados com os valores devidos.

Parágrafo quarto: O desconto da contribuição aqui referida fica condicionado a não oposição pelo empregado. A oposição deve ser manifestada por escrito, diretamente ao sindicato profissional, até 15 dias após a transmissão deste documento ao SISTEMA MEDIADOR. Ao empregado admitido a partir da data da assinatura da presente CCT é garantido o mesmo direito no prazo de cinco dias a contar da sua admissão.

Parágrafo quinto: Toda e qualquer discussão acerca da legalidade da contribuição deverá ser encaminhada ou equacionada diretamente entre o empregado e o sindicato profissional, isentando as empresas de qualquer ressarcimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS E DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, conforme deliberação em assembleia geral da categoria, ficam obrigadas a recolher aos cofres da entidade os seguintes valores:

a) Empresa	sem	funcionários:	R\$150,00
b) Micro empresa:			R\$ 290,00
c) Empresa de pequeno porte:			R\$ 590,00
d) Demais:			R\$ 1.490,00

O recolhimento deverá ser feito **até o dia 17 de Março de 2023**, através do envio de boleto bancário, emissão via site da entidade ou mediante depósito via PIX pelo CNPJ 92961523000112, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT

Parágrafo Único - As contribuições em favor do sindicato das empresas previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empresa que pretenda a devolução das mesmas, serão

de responsabilidade exclusiva do sindicato das empresas, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos.

**** *O pagamento da contribuição assistencial da presente cláusula poderá ser feito de forma parcelada. Para isso, entre em contato com o Sincopecas-RS através do e-mail sincopecas-rs.com.br.*

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

As empresas que descumprirem qualquer cláusula que contenha obrigação de fazer, exceto aquela que já tenha multa específica, uma vez notificada para seu cumprimento, sofrerão multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo profissional da categoria, em favor do empregado, paga através do sindicato profissional.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MULTA PELO NÃO CADASTRAMENTO NO PIS/OMISSÃO NA RAIS

Fica estabelecida uma multa no valor de 1 (um) salário mínimo nacional, em caso de não cadastramento do empregado no PIS, ou omissão de seu nome na RAIS, em favor do empregado prejudicado, paga através do Sindicato suscitante.

ROSANGELA MAZZETO
Procurador

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ORILDES MARIA LOTTICI
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BENTO GONCALVES

ANEXOS
ANEXO I - AT AGE

[Anexo \(PDF\)](#)